

Território e função: nas fronteiras da utopia*

Oleg Stanek**

RESUMO

O texto apresenta uma reflexão crítica sobre a crise nas ciências sociais no que tange ao paradigma do desenvolvimentismo. Com base no conceito de paradigma de Thomas Kuhn, o paradigma é entendido enquanto um conjunto relativamente limitado de idéias e regras gerais que pressupõe um campo disciplinar que define seu objeto de estudo e permite formular seus problemas-chave. A partir do livro de John Friedmann e Clyde Weaver (1979), *Territory and Function: the Evolution of Regional Planning*, o autor examina a grandeza e os limites das ciências sociais no que tange ao planejamento territorial e ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Território; Planejamento; desenvolvimento regional; Utopia.

ABSTRACT

TERRITORY AND FUNCTION: AT THE UTOPIA FRONTIERS - The paper presents a critical reflection on the crisis of the social sciences concerning the development paradigm. Based on Thomas Kuhn's concept, paradigm is understood as a relatively limited set of general ideas and rules which assume a disciplinary field defining its study object and enabling the analysis of its key problems. Drawing on the book by John Friedmann and Clyde Weaver, *Territory and Function: the Evolution of Regional Planning* (1979), the author examines the bulk and the limits of social sciences concerning territorial planning and regional development.

Keywords: Development; Territory; Planning; Regional development; Utopia.

* O presente texto foi apresentado no colóquio *Territoires et fonctions: quels modèles de développement, de gouvernance et d'intégration pour le XXI^e siècle? Bilan d'expériences depuis 1945*, realizado em Rimouski (Canadá) durante os dias 20 e 22 de maio de 2003. (Tradução para o português de Silvio M. de S. Correa)

** *Université du Québec à Rimouski (UQAR)*

Com base no livro de John Friedmann e Clyde Weaver (1979), *Territory and Function: the Evolution of Regional Planning*, tentaremos examinar os sintomas de uma crise maior das ciências sociais que balança os fundamentos de seu paradigma: o desenvolvimentismo. Ao nosso ver, trata-se bem de um paradigma, como entende Thomas Kuhn: ou seja, um conjunto relativamente limitado de idéias e regras gerais que pressupõe um campo disciplinar que define seu objeto de estudo e permite formular seus problemas chave.

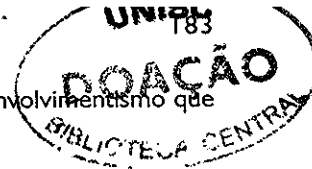
O conceito de desenvolvimentismo foi forjado por Robert Nisbet (1969, 1980, 1985)¹. É preferível esse àquele do evolucionismo às vezes empregado num contexto análogo. Primeiramente, porque este último sugere que se trata, em ciências sociais, de um decalque do “evolucionismo biológico”, como o darwinismo. Lembramos que a *Origem das Espécies* aparece em 1856 quando o “evolucionismo social” tinha mais de um século de carreira. De fato, os trabalhos fundadores do desenvolvimentismo precedem de muitas décadas, mesmo o transformacionismo de Lamarck. O século XVIII foi ainda muito aristotélico no que concerne à percepção da Natureza. Assim, por exemplo, Adam Ferguson (1992, p. 110) definiu as sociedades humanas por esta capacidade exclusiva de evoluir e de se aperfeiçoar, contrariamente às espécies animais.²

O desenvolvimentismo é uma crença que postula que as sociedades humanas se transformam seguindo uma trajetória necessária e que tal trajetória pode ser descrita por uma lei ou princípio geral e que, ao longo de sua história, tudo transcorre rumo a um destino inelutável. As sociedades partem de um estágio inicial, germinal (estado de natureza, horda primitiva, barbárie...) para chegar, depois de um tempo determinado ou talvez mesmo indefinido, ao pleno apogeu. Esta chegada é seguidamente apresentada sob um alvo eminentemente desejável (como o comunismo de Marx³), caracterizado pelo desenvolvimento, senão completo ao menos muito avançado, das potencialidades humanas. A ideologia do progresso colore, assim, a dinâmica da mudança sem, portanto, a submergir completamente. Muitos autores que podem ser classificados sob a etiqueta de desenvolvimentista não compartilham esse otimismo: de Tocqueville, passando por Durkheim e Weber, às antiutopias mais recentes, encontramos seguidamente a idéia – eco longínquo do mito da Idade de Ouro – que neste processo, mesmo que necessário e inevitável, as sociedades sofrem também perdas e são tocadas cada vez mais pela monotonia da alienação e da racionalização excessivas.

¹ Ver também Kenneth Bock, 1978, «Theories of progress, development, evolution» in Tom Bottomore & Robert Nisbet (org.) *A History of Sociological Analysis*, New York: Basic Books. Uma análise crítica da ideologia do desenvolvimento seguindo uma linha similar pode ser lida em Gilbert Rist, *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*, Paris: Presses des Sciences Po, 1996.

² «Il y a cependant une propriété particulière à l'homme qui a presque toujours été omise dans l'exposition de sa nature, ou qui n'a jamais occasionné que les erreurs. Pour les autres espèces animales, l'individu grandit de l'enfance à la maturité; en l'espace d'une seule existence il parvient à la perfection de ce que lui a donné la nature; mais pour l'homme, l'espèce, aussi bien que l'individu, a son progrès; elle construit pour le futur sur les acquis du passé; et, successivement, elle parvient à un degré de perfection dans l'usage de ces facultés qui ne peut être que le produit d'une longue expérience et des efforts combinés de plusieurs générations»

³ Embora Marx não o apresente como o fim da história, mas como o fim da pré-história, deixando entender que o desenvolvimento vai continuar mesmo que sob leis que não se pode antecipar.



Podemos citar alguns princípios mais específicos do desenvolvimentismo que exprimem esta concepção particular da mudança social:

- A mudança social é natural e espontânea⁴; Ela não resulta de ações voluntárias e premeditadas de um ator particular, mas se apresenta como consequência de forças impessoais emergindo de interações sociais múltiplas.
- A mudança social progride do estágio inicial ao final, seja de uma forma contínua, seja passando por estágios intermediários.
- A sucessão de diversas etapas ou momentos segue uma seqüência determinada na qual cada uma prepara e engendra a seguinte. Não se pode saltar uma etapa e passar imediatamente ao estágio superior.⁵
- Os «fatores externos» (modificações ambientais, influência de outras sociedades, etc.) podem acelerar ou retardar, mesmo bloquear o processo, mas não mudar o sentido ou a direção.

O desenvolvimentismo é seguidamente derivado de uma metáfora biológica, do processo circular que governa o ciclo dos seres vivos – nascimento, juventude, maturidade, envelhecimento e morte – e, por isso, lhe é atribuído uma antiguidade considerável, mesmo um papel central na formação da ideologia ocidental.⁶ Esta identificação parece, entretanto, abusiva, pois o desenvolvimentismo rompe com a metáfora biológica ao quebrar sua característica circular.⁷

Poderíamos ainda acrescentar outras características⁸, menos gerais, mas destacamos apenas uma delas: o universalismo. Ele parte do postulado de unicidade do gênero humano e do enunciado cartesiano “as mesmas coisas produzem em qualquer lugar os mesmos efeitos”. Um eixo histórico profundo pressupõe as vicissitudes do tempo histórico

⁴ Não se trata da Natureza em oposição a Civilização, mas da natureza das coisas da tradição aristotélica.

⁵ Apesar de que algumas acomodações fossem necessárias nesse capítulo, invocamos o debate que seguiu a revolução bolchevique sobre a possibilidade da revolução burguesa.

⁶ Éssa é a opinião tanto de Gilbert Rist quanto de Nisbet. Eles apontam justamente para a metáfora biológica desde Aristóteles (poderia-se ir mais além, pois ela se apresenta em todas as sociedades agrárias: ver *Le mythe de l'éternel retour* de Myrcea Eliade) que revela uma estrutura analítica da *physis*. Quando Aristóteles aplica sua análise à pólis, claro está que ele não trata de desenvolvimento nem no sentido moderno do termo, nem no sentido de um indivíduo de uma espécie biológica. Trata-se aqui de estudar « não os estágios sucessivos do desenvolvimento », mas a relação das partes com o todo. Os « estados » (indivíduo, comunidade, pólis), mesmo se eles podem ter tido uma certa anterioridade à pólis, não desaparecem nela como uma criança no homem adulto, mas coexistem com ela. A pólis é o estágio último e necessário do homem porque ela contém em potencial a capacidade e a necessidade de viver conforme à lei e à moral, seu « bem supremo » e a lei e a moral não podem se entender senão num quadro político.

⁷ A idéia é banal no século XVIII, de aplicar a metáfora biológica aos Estados ou impérios. Os « desenvolvimentistas » se insurgem contra sua validade no que concerne às sociedades humanas. Morelly, por exemplo, se inscreve vigorosamente contra essa idéia aplicada à « espécie inteira ». Ver *Le code de la nature*, Paris, Éditions sociales, 1970 (1755), p. 102.

⁸ Por exemplo, aquela da necessária correspondência entre todas as dimensões da vida social. Ela emerge na concepção do progresso das Luzes e constitui uma tese central dos ensaios de Turgot. Ela está fundamentalmente no pensamento de Marx.

concreto em que todas as sociedades podem ser classificadas segundo sua "idade" ou, se preferir, seu "grau de desenvolvimento". Esta é a única "comparação" pertinente na perspectiva desenvolvimentista, qualquer outra diferença entre as sociedades é meramente accidental, um epifenômeno emergente do aleatório da vida sensível.⁹ Sobre esta base intelectual se constrói a arte da "periodização" que se torna muito popular, particularmente entre os marxistas.

Mas, então, se o processo é necessário, por que todas as sociedades não progrediram no mesmo ritmo? Por quê certas sociedades acumularam um atraso considerável? Para essas questões, diversas respostas foram propostas. Até a Segunda Guerra Mundial foram evocados diversos "obstáculos" que podiam ser de ordem geográfica e climática ou moral e institucional. No entanto, a convicção dominante é que mesmo que tenhamos conseguido nos livrar dessas influências perniciosas, o desenvolvimento "natural" segue sua marcha.¹⁰ Mesmo Marx estava convencido que a disseminação dos germes do capitalismo inglês através das conquistas coloniais teria uma dimensão "progressista". Ele temia que o crescimento destes novos núcleos de produção industrial daria um novo élan ao capitalismo moribundo do centro e atrasaria assim as revoluções na Europa. Aliás, a Inglaterra não era a imagem do futuro de todos os outros países?¹¹

Se o desenvolvimentismo se apóia sobre uma visão particular da mudança que intervém nas sociedades modernas, ele é completado por uma representação do funcionamento do conjunto da sociedade que podemos descrever como **campo de forças**. Esta representação dissipa as representações tradicionais da sociedade como corpo e cujas diferentes partes formariam um "organismo especializado" capaz do funcionamento harmônico do todo. A partir de agora, o mundo social se colocaria em movimento, atomizado em muitos indivíduos interagindo entre eles.¹² A ordem emerge assim da desordem, de múltiplas interações, como equilíbrio de forças no campo social. Ao modo do desenvolvimentismo, trata-se, mais uma vez, de uma análise da sociedade como resultado de um processo impessoal, sem sujeito diretor, que não corresponde à realização

⁹ Ele segue notadamente a exigência de definir os estágios do desenvolvimento pelas características estruturais e atemporais. Pode-se assim construir uma História universal da humanidade, sem referência a nenhum grupo, país ou nação em particular ao descrever o encadeamento necessário das diversas etapas, como tinha tratado Kant em *L'idée de l'histoire universelle du point de vue cosmopolite*. Os « desenvolvimentistas » que se opõem à essa exigência se verão também expostos às críticas de seus colegas como ocorreu com Condorcet da parte de Auguste Comte.

¹⁰ A colonização é assim justificada pelas elites européias ilustradas. Não seria egoísta que os países civilizados não tentem levar aos outros os frutos de seu labor passado e lhes retirar da bárbarie?

¹¹ Um dos grandes « desenvolvimentistas », Lewis Morgan, sintetizou claramente essa idéia geral de universalidade do desenvolvimento: « *Puisque la race humaine a la même origine, elle a suivi les mêmes chemins, par les sentiers différents mais parallèles sur tous les continents, et d'une façon très similaire dans toutes les tribus et nations au même stade de développement. Il en découle que l'histoire et expérience des tribus indiennes d'Amérique offrent une image plus ou moins fidèle de l'histoire et l'expérience de nos propres ancêtres* », *La société archaïque*, Anthropos, Paris, Avant-propos.

¹² Essa construção se faz lentamente, desde o século XII, quando Santo Tomás de Aquino afirma a autonomia do homem (e da sociedade) natural e, por consequência, do modo natural da constituição do poder político. No final do século XVIII, ela é quase terminada com a obra de John Locke.

de um projeto explícito, mas que é governado por leis naturais. Um exemplo de tal representação é o mercado, mas há outras.¹³ À margem, a "sociedade civil"¹⁴ pode ser concebida como um sistema completamente auto-regulado no qual pode, sem problema, ser extirpada a excrescência nociva que é o Estado: o liberalismo e o ideal libertário do anarquismo têm assim o mesmo berço intelectual.

Desenvolvimentismo e território

Do caráter universalista do desenvolvimentismo desprende uma indiferença quase total aos tempos e espaços concretos. O único tempo que conta é o eixo temporal universal abstrato a partir do qual se classificam os grupos e sociedades contemporâneas, segundo seu "estágio de desenvolvimento". Este dá lugar a uma leitura particular das diferenças espaciais: elas são interpretadas como diferenças no mesmo tempo histórico. Deriva-se daí um desinteresse nas ciências sociais pelo espaço que, uma vez mapeados os "estágios do desenvolvimento" que lhe fragmentam, aparece como receptáculo das particularidades, das variações sobre os temas fundamentais já desvelados pela Ciência, ela mesma a-espacial.¹⁵

Esse desinteresse foi acentuado na concepção da sociedade enquanto campo de força. Além disso, ela deu às teorias da "modernização" um caráter não somente descritivo, mas também militante; afinal, a capacidade d'auto-regulação do sistema não depende de uma mobilidade social e geográfica muito fluida que continua por muito tempo imperfeita? Seria preciso, então, eliminar estas fricções, causadas notadamente por estruturas sociais territorializadas, por diferenças culturais muito marcadas, entre outras coisas, para adaptar (por um esforço de homogeneização) a realidade à teoria.

No mundo real persistiria, todavia, ao menos uma impressão territorial (aquela do Estado) difícil de apagar. Com ela, a fragmentação do espaço por fronteiras no interior das quais se desprendia uma vontade soberana. O sistema de Estados, se mergulhado no estado de natureza hobbesiano, faria utópica qualquer tentativa de convencer o Príncipe em sacrificar o seu interesse em prol do *optimum* global. Assim, por exemplo, no regime de especialização internacional em função das vantagens absolutas, não era nada evidente que todos os parceiros fossem dotados de bases de produção. Em consequência, a liberdade comercial, uma das instituições essenciais da concepção do mundo social como campo de forças, seria um objetivo incompatível com o interesse territorial para muitos parceiros. Corrigindo neste ponto Adam Smith¹⁶, Ricardo fará a seguinte objeção: na hipótese de

¹³ O utilitarismo liberal, por exemplo, introduz essa representação para conceituar o jogo das « paixões » que leva a sociedade rumo ao máximo de satisfação.

¹⁴ A oposição « sociedade civil » versus « sociedade política » se impõe como reflexo da representação fisiologista da sociedade e se afirma fortemente no pensamento de Hegel. Lembramos que, para Hobbes, esses termos são ainda sinônimos.

¹⁵ Na análise que Pierre Bourdieu faz das hierarquias das ciências sociais, esse traço é sublinhado de uma forma muito particular. Ver também a autópsia sobre essa questão em Bernard Poche, 1996, *L'espace fragmenté*, Paris, PUF.

¹⁶ Adam Smith admitia as mesmas hipóteses deduzindo disso a especialização internacional em função das vantagens absolutas.

imobilidade internacional de fatores de produção e de uma concorrência razoavelmente perfeita sobre os mercados, a especialização se faria em função não de vantagens absolutas, mas comparativas. Neste caso, o *optimum* global seria compatível com o *optimum* de cada parceiro comercial. Sob este regime, ninguém pode perder e, ainda, os ganhos mais substanciais são dos pequenos países. O sistema garantiria ainda uma divisão solidária dos frutos do progresso técnico, mesmo se este fosse realizado por um só parceiro. Disso se deduz que a natureza territorial dos Estados modernos pode ser colocada entre parênteses. *Optimum* para todos na esfera internacional e, para quem é do território nacional, a mobilidade de fatores e a liberdade econômica conduzem “naturalmente” a localizações otimizadas das atividades e maximizam o produto nacional sem que o Príncipe tenha que se preocupar. Ele pode repousar, pois toda ação, além daquelas ordinárias da polícia, seria prejudicial à riqueza da nação.

Bifurcações

Até a Segunda Guerra Mundial, esta atitude predomina.¹⁷ Há uma corrente, no entanto, que é marginal, ao menos na academia, e que toma por objeto a economia espacial. Ela se origina dos trabalhos pioneiros de Von Thünen, passando por Alfred Weber, August Predhöl, Hans Weigmann, Tord Palander, Walter Christaller, para chegar no grande sistema de August Lösch (1954). Estes trabalhos tentaram abordar o problema da construção abstrata da paisagem econômica, que os clássicos e os neoclássicos mais ortodoxos acreditaram resolvido “praticamente” pela pesquisa “espontânea”, pelos agentes econômicos e seu interesse particular. A economia espacial não revoluciona, todavia, as abordagens mais a-espaciais¹⁸, mas tenta ao menos “generalizá-las”. Afinal, é possível construir um modelo de equilíbrio geral incluindo o espaço como variável adicional? Frente a isso, a economia espacial participa da ambigüidade de muitas outras teorizações. Trata-se de uma teoria descritiva e explicativa de organização territorial de atividades econômicas ou de uma construção *a priori* de uma paisagem hipotética, mas otimizada relativamente a um critério particular?

Sem romper o desenvolvimentismo enquanto paradigma central da reflexão sobre a mudança social¹⁹, o pós-guerra trouxe nada menos que um certo número de bifurcações.

¹⁷ Os trabalhos de Keynes, notadamente a publicação da teoria geral, legitimam uma intervenção estatal na economia nacional, contrariamente ao credo liberal dominante. Os níveis elevados de desemprego em todas as regiões dos principais países industrializados tornam inoperante a crença em « ajustamento automático » através da mobilidade espacial da mão-de-obra e do capital. Na Inglaterra, assiste-se a uma primeira intervenção governamental em regiões com alto índice de desemprego; nos EUA, no estilo do New Deal, a autoridade do Vale do Tennessee empreendeu um grande ordenamento territorial (FREEDMANN et WEAVER, 1979).

¹⁸ Ela colocará alguns problemas « incômodos » para a ortodoxia em voga. Assim, Hans Weigmann foi o primeiro a observar que a tomada em conta da dimensão espacial da atividade econômica, torna inoperante a hipótese da concorrência perfeita (independente do tamanho das unidades em questão).

¹⁹ Nessa forma tradicional, o desenvolvimentismo constitui uma corrente poderosa até hoje. As « bifurcações » que evocamos aqui não tiveram nenhuma influência sobre autores como Walter Rostow que, em *Étapes de la croissance économique*, descreve um esquema universalizante em cinco etapas e que toda a sociedade deve percorrer.

Mencionaremos duas bifurcações que nos parecem as mais representativas do período. Elas têm em comum uma visão “schumpeteriana” do tempo, na medida em que, nos dois casos, o fato de estar “a frente” na curva de aprendizagem não é indiferente, mas conduz a uma situação de monopólio.

A primeira se encontra nos trabalhos de Raul Prebisch (1950, 1951) e se funda sobre uma crítica da teoria das vantagens comparativas. Prebisch coloca em questão um dos postulados desta teoria ao se basear sobre uma série estatística concernente à evolução dos termos de trocas entre o Sul (matérias primárias) e o Norte (produtos manufaturados), ou seja, a concorrência perfeita sobre os mercados internacionais. Desde os anos de 1880, a aparição de cartéis e os ganhos do movimento sindical teriam permitido aos países industrializados de concentrar os frutos do progresso técnico graças às estratégias cada vez mais oligopolistas.

Um outro ângulo da crítica remete à questão de um segundo postulado: a imobilidade de fatores de produção. É a celebre teoria das trocas desiguais de Arghiri Emmanuel (1969). Com base na análise de Prebisch, Emmanuel constatou que, desde o fim do século XIX, o crescimento de salários no centro industrial entra em contradição com o crescimento clássico (que era também aquele de Marx) no qual os salários eram fixados ao nível de subsistência. Em alguns casos, a defasagem é, segundo Emmanuel, da ordem de 1/200. No mesmo tempo, o capital transpassa as fronteiras nacionais e se dirige às regiões do mundo onde a taxa de lucro é mais elevada. A equação da taxa de lucro é realizada a partir de então em escala mundial. Aplicando a transformação de Marx dos valores-trabalho em preço de produção, Emmanuel defende a tese de que os fluxos internacionais de mais-valia transferem a riqueza dos países a baixos salários para os países centrais.

O subdesenvolvimento²⁰ não é redutível, nesta perspectiva, a um simples atraso, mas aparece como resultado do funcionamento do sistema global. A rede de vasos comunicantes bombeia constantemente a substância econômica da periferia para o centro, fazendo que, ao mesmo tempo, a periferia tenha uma dependência funcional de necessidades do centro e um subdesenvolvimento crônico. O esquema interpretativo continua, todavia, inacabado na medida em que ele não explica a estabilidade do sistema: por que, por exemplo, os capitalistas não deslocam toda a produção para a periferia (ou ao menos suficientemente para exercer uma pressão à baixa dos salários do centro) ou, ainda, por que uma organização oligopolista não emerge na periferia? Para dar uma resposta satisfatória a esta questão e compreender ao mesmo tempo a natureza das especializações internacionais, o apelo a Schumpeter é quase inevitável. O arquétipo de uma tal aplicação é o circuito do produto de Vernon, bem detalhado e traduzido nos termos de diversas escolas e a diferentes escalas espaciais.²¹

²⁰ Esse termo não foi introduzido pelos herdeiros de Prebisch. Sua primeira ocorrência significativa se encontra no célebre « ponto IV » do discurso à nação do presidente Truman, pronunciado em 20 de agosto de 1949. Ver Gilbert Rist, *op. cit.*, p. 116-134.

²¹ Esse é o desenrolar histórico de que trata Immanuel Wallerstein em nível mundial. No que concerne às aplicações regionais, mencionamos Alain Lipietz e Philippe Ayalot. O primeiro, em *Capital et son espace*, Paris, Maspéro, 1975, adapta ao quadro regional a teoria do desenvolvimento desigual de Samir Amin. O segundo, ver por exemplo *Économie régionale et urbaine*, Paris, Économica, 1985, se apóia sobre a

A segunda corrente de importância é a teoria do desenvolvimento polarizado que não se situa em posição de crítica. Ela terá uma influência essencial tanto para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional quanto para a reflexão sobre economia espacial. Aqui, o esquema schumpeteriano se configura com clareza.²²

O conjunto destas análises não revoluciona o paradigma desenvolvimentista, mas inova sobre um ponto essencial: o avanço de alguns, na trajetória do progresso, pode se tornar um obstáculo prejudicial para outros. Se existe uma História Universal da humanidade, não é mais verdadeiro que as sociedades possam percorrer em paralelo, cada uma à sua vez e as mais avançadas mostrando o caminho às outras. Mas as conseqüências mais marcantes são para a concepção do espaço-tempo: em primeiro lugar, o fato de que a inovação pode ser submetida a um controle de oligopólio faz com que o lugar de sua emergência tenha importância. Isso conduz a uma nova leitura das diferenciações espaciais e a uma geografia econômica da qual o ciclo de produção será uma primeira representação. Em seguida, o tempo da "história universal" é recalçado e substituído, num novo espaço de integração funcional, pelo tempo cíclico de emergência, de difusão e finalmente de esgotamento de uma inovação.

Neste quadro, quais são as perspectivas para a periferia? Na versão de desenvolvimento desigual de Amin, urge a revolução comunista mundial. Em curto prazo, a desconexão do sistema é o único meio de estancar a hemorragia das trocas desiguais, se livrar da dominação do centro e atingir assim o "desenvolvimento aut centrado". Este ponto de vista justifica teoricamente a *self-reliance*, expressa na declaração de Cocoyoc que preconiza a estratégia de "contar apenas com suas próprias forças". Essa declaração é uma forma de manifesto da orientação de saída do sistema mundial e se articula bem com certas tendências que virão após maio '68 (Friedmann e Weaver, 1979).²³

Para a teoria do desenvolvimento polarizado não há desenvolvimento automático. Na dialética entre a força motriz e a inercial, qualquer uma delas pode predominar. O importante é ordenar a propagação dos estímulos provenientes do pólo. Nesse sentido, a teoria é relativamente otimista na medida em que ela sugere que uma intervenção bem objetiva e uma planificação apropriadas sob a égide dos poderes públicos podem desencadear

« teoria da divisão espacial », assim como sobre a capacidade das grandes empresas de fazer surgir espacialmente diferentes funções produtivas: as regiões centrais e metropolitanas, se caracterizam por « modos de consumação custosos », pois são muito mais comerciais. Na periferia, onde uma parte da mão-de-obra se reproduziria nos « modos de produção não mercantis », as empresas deslocariam as atividades de montagem adaptando sua tecnologia à mão-de-obra pouco qualificada, mas barata.

²² « En bref, la contribution de Perroux à l'argument schumpéterien de base a été de soustraire la boîte à outils conceptuels de Schumpeter de son cadre sectoriel-temporel et de l'appliquer à un cadre sectoriel-temporel-spatial ». Lasuén, J. R. « On Growth Poles », p. 23, dans Niles M. Hansen, (éd.), *Growth Centers in Regional Economic Development*, New York-London, The Free Press and Collier-MacMillan, 1972. Do lado americano, lembramos a importância da contribuição de Alfred Hirschman, mas também dos trabalhos de Gunnar Myrdal e pela constituição da corrente do *desenvolvimento desequilibrado*.

²³ A *self-reliance* é naturalmente um conceito mais antigo. Na economia ghandiana, ela corresponde à noção de *swadeshi*. Ela pode ser relacionada à noção de *ujamaa* do socialismo de Nyerere. Para muitos « dependentistas » latino-americanos, as perspectivas são similares, salvo talvez a tendência de Cardoso que crê na possibilidade de um « desenvolvimento dependente ». Ver Gilbert Rist, *op. cit.* 201-222.

progressivamente partes cada vez maiores de espaços satélites da dinâmica do desenvolvimento (FRIEDMANN, 1972).

Crise do desenvolvimentismo

As causas da crise do desenvolvimentismo dos anos 1970 e 1980 são, provavelmente, múltiplas. A primavera de 1968 marcou este deslocamento de placas tectônicas do imaginário coletivo e desfez a crença em várias ideologias globais como o marxismo. O sentimento de que o "sistema" é capaz de esterilizar todos os esforços do progresso social creditou a idéia de que não é no centro que se engendra o devir, mas nas suas margens. Samir Amin, afirma isso à perspectiva similar como acusa a repercussão da obra de Herbert Marcuse. A escalada vigorosa do movimento ambientalista é acompanhada de uma visão antiutópica do desenvolvimento: sim, estamos engajados num processo de desenvolvimento inelutável, mas este, longe de nos conduzir rumo à bonança, nos precipita na catástrofe. A perspectiva muda: a sociedade não será redimida por uma evolução ou revolução interna, mas por um trabalho intenso sobre sua relação com a Natureza.

Trata-se de uma crise que vai além das teorias do desenvolvimento territorial e cuja análise foge dos propósitos do presente artigo. Cabe enunciar, no entanto, algumas proposições que, aliás, restam a demonstrar.

Em primeiro lugar, foram colocadas abaixo as bases científicas da reflexão sobre as ciências sociais, notadamente aquelas que pareciam ser as mais sólidas. Mesmo as correntes intelectuais que resistiram por algum tempo à crise (desenvolvimento desigual, teorias de Marcuse, etc) acabaram por ir à deriva. No domínio do desenvolvimento territorial, uma das vítimas principais dessa *razzia* foi a teoria do desenvolvimento polarizado.

Em segundo lugar, no domínio político, durante a década de 1970, os fundamentos do Estado de Providência, e do compromisso social-democrata e keynesiano que o sustentavam, foram, por seu turno, destruídos.²⁴ No domínio da intervenção regional do Estado, até então considerado como o principal mantenedor da coerência e da equidade espacial, ocorreu uma reviravolta radical: De planificação "pelo alto", sendo que esta devia ser "ascendente" e partir de iniciativas locais.

O período do pós-1968 é particularmente fértil em conversões espetaculares: marxistas empedernidos de outrora esposam correntes intelectuais suspeitas de sua ascendência "burguesa", alguns se convertendo à religião. Inversamente, muitos sérios representantes das escolas mais liberais e que estavam, outrora convencidos da racionalidade profunda de suas análises, as renegam brutalmente e se filiam às utopias socialistas e comunitaristas. John Friedmann (1960) é um desses casos: eminente representante da ciência regional nos Estados Unidos onde ele fez notória a teoria dos pólos de crescimento *à la française* e à qual ele contribuiu significativamente (FRIEDMAN, 1972). Nos meados dos anos 1970, ele abandona seu passado de teórico da economia espacial e a carreira de

²⁴ Acrescentamos que no outro extremo, a fé no socialismo, primeiro soviético e depois maoísta, se dissipou mais rápido.

planejador de vários e grandes projetos de implantação de “pólos de desenvolvimento” na América Latina. Por quê? É impossível responder realmente a esta questão no seu caso particular. Pode-se vincular seu caso à corrente significativa de polarizadores decepcionados com os fracassos de certos projetos em impulsionar na hinterlândia um processo de desenvolvimento. Pode-se igualmente invocar a justificativa (através da racionalização) da *post mortem* da teoria do desenvolvimento polarizado aferida pela *Territory and Function*. A seguir de sua própria conversão, ele não indica, aliás, nenhuma escola de pensamento específica, nem um campo teórico, mas se refere a “uma longa tradição que se inspirou do movimento utopista, da corrente anarquista e do pensamento marxista” da qual ele cita «Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon, Karl Marx e Friedrich Engels, Rosa Luxembourg, Antonio Gramsci, e mais precisamente Herbert Marcuse, Henry Lefebvre, Paulo Freire, Ivan Illich, André Gorz, Manuel Castells e Mario Gaudria» (FRIEDMANN, 1985: 298). Deste sincretismo, ele tira “valores” subjacentes a suas construções que fariam provavelmente pular muitos de seus ilustres predecessores.²⁵

Distrito agropolitano, uma utopia?

A linguagem vulgar associa o termo de utopia ao irrealizável, ao sonho de realizar um desejo impossível. Outros fazem da utopia uma dimensão essencial de toda a ação humana: “A utopia não é a fuga do real, é a exploração das possibilidades objetivas do real e a luta pela sua concretização”, dirá assim Ernest Bloch, um dos grandes teóricos marxistas da utopia. Mas, então, a utopia se torna um conceito onipresente e sinônimo de toda perspectiva presente em qualquer projeto de ação, seja ele banal e cotidiano ou inovador e criador. O resultado de toda ação é incerto, subordinado às mudanças de conjuntura e de contextos imprevisíveis, influenciados por outros autores, conduzindo a conseqüências imprevistas. É conveniente restringir a extensão do conceito e, para isso, propomos uma definição mais próxima de Lewis Mumford (1973): a utopia é um discurso que constrói uma cidade que não é mais impelida a mudar. É o contrário do desenvolvimento. Nesse sentido, a utopia não combina muito com democracia. Um autor utópico não convoca uma assembléia constituinte a fim de definir o caminho a seguir na empresa difícil de viver conjuntamente. Ele se limita a anunciar as regras que o grupo deve obedecer para constituir a sociedade, se não perfeita (seguindo diversos critérios: em geral, conforme a Razão, a mais justa, a mais feliz...), então, que corresponda à imagem de uma certa realização final. O discurso utópico descreve um universo fechado, que deve assim ficar, na medida do possível, impermeável à mudança. De onde uma propensão quase inevitável à disciplina totalitária. A escolha do modelo, da República de Platão (cidade cercada de muros) às utopias modernas (ilhas, cidades no deserto...), demonstra, aliás, o perigo que a contaminação

²⁵ Na versão sintética de «Auto-desenvolvimento ou auto-dependência?», trata-se da «*priorité accordée aux besoins matériels et spirituels du peuple; recherche des rapports harmonieux et constants avec l'environnement physique; reconnaissance sociale de la valeur d'usage du travail bénévole à la maison comme dans la communauté; démocratisation du capital [...] prépondérance de structures sociales non hiérarchisées [...] groupes de petite dimension et l'organisation en réseaux; autonomie politique à partir des niveaux territoriaux les plus bas [...] égalisation des chances dans l'accessibilité au pouvoir [...]*».

externa representa ao equilíbrio das sociedades idealizadas. **A essência da utopia, tal como nós a entendemos, é que a mudança social é nela altamente inoportuna e, de preferência, impossível:** por quê, de fato, querer mudar o que é perfeito? Nisso, o discurso utópico é, de alguma maneira, transversal ao desenvolvimentismo. Esse último apreende o desenrolar da aventura humana através do processo de mudanças históricas, o primeiro a anuncia como um todo acabado, um conjunto de regras a priori que o sábio anuncia para qualificar a sociedade perfeita.²⁶ Para os utópicos, o problema essencial, seguidamente aludido, é aquele do desvio: como se premunir contra o ressurgimento das pulsões que contestam a “perfeição” nas sociedades presumidas “virtuosas e perfeitas” e que impulsionam a utopia à mudança? Isso explica que nas utopias realizadas, os controles se multiplicam, as defasagens à regra são sancionadas, seguidamente severamente, e explicadas como sendo ressurgimento de um passado corrompido ou ainda influência nefasta vinda do exterior para contaminar a comunidade.

Com base nessas notas, o distrito agropolitano é claramente uma construção emanada do discurso utópico. Todos os ingredientes estão lá: a narrativa sobre os modos de funcionamento é imperativa ou, mais freqüente ainda, ao presente “imperativo” que afeta o discurso jurídico: *Social power is here conceived as a resource capable the individual sense of potency. [...] Where it is more equally distributed, the ground is prepared for entering upon freely co-operative relations. It is freely co-operative relations that are the well-spring for an active life, generate new ideas in practice, and are capable of transforming what would otherwise be burdensome chores into work that is joyful*. (FRIEDMANN e WEAVER, 1979: 195-196)

O distrito é também fechado tanto no que concerne aos fluxos informais (o papel importante dado aos quadros, tomados aos comunistas maoístas, que o filtram e o disseminam, o equivalente dos guardiões da República de Platão, assim que as sessões de autocrítica e de avaliação do grupo lançam as bases de um controle de consciências indispensável) quanto às trocas comerciais (*selective territorial closure* (Friedmann e Weaver, 1979: 194), “um desenvolvimento limitado de recursos num setor exportador paralelo, cuidadosamente controlado...”²⁷). Finalmente, o distrito agropolitano tem também seus Hitlodeus:

After 1968, a growing trickle of visitors to China brought back stories of impressive achievement. The China had discovered a way of bringing material progress to masses. All people were entitled to the satisfaction of their basic needs. And social solidarity, it seemed, was high. (FRIEDMANN et WEAVER, 1979: 164)

As referências às comunas rurais chinesas da Revolução cultural²⁸ e, numa menor

²⁶ Em detrimento de sua aparente contradição, as duas atitudes podem coincidir. Assim Morelly é desenvolvimentista e utopista ao mesmo tempo. Já Marx, o mais vigoroso de todos os desenvolvimentistas, jamais sucumbiu ao pecado utopista.

²⁷ Aqui Weaver não utiliza mais o termo «distrito agropolitano», mas o «desenvolvimento por base» (WEAVER, 1983: 43).

²⁸ Como para Samir Amin, que viu na revolução do Khmers vermelho o exemplo luminoso da revolução proletária da periferia, a história demonstrou aqui algumas críticas severas.

medida, aos *kibboutzim*, são muitas²⁹: não é confortável poder amarrar seu próprio projeto às utopias já realizadas? Como convencer os americanos, habituados ao nível de vida mais elevado do mundo, a embarcar numa experiência que reproduz o modelo do comunismo chinês ou ainda cujos únicos exemplos citados provêm de países entre os mais pobres (Coreia do Norte, Vietnã, Bangladesh, Paquistão e Tanzânia)? Nenhuma explicação ou indicação foi dada nesse sentido. Em *Territory and Function*, Friedmann e Weaver afirmam que o modelo é bom não somente para as regiões rurais mas também para as grandes cidades. No entanto, parece que esta convicção se atenuou logo a seguir (no texto de 1985) onde os autores não falam mais de desenvolvimento agropolitano, mas de autodependência. John Friedmann deixa entender que a autodependência convém ao *laissez-faire* do desenvolvimento capitalista, enquanto que o sistema de grandes metrópoles mundiais (Weaver, 1983:49) seguia uma trajetória diferente do autodesenvolvimento. Nesse mesmo período, Clyde Weaver tende para esta nova forma de dualismo: "o desenvolvimento territorial por uma autarcia regional seletiva não substitui inteiramente a doutrina dos pólos de crescimento." Isso quer dizer que pouco importa o nome que se dá, o desenvolvimento agropolitano parece finalmente ser conveniente apenas aos países subdesenvolvidos e, talvez, àquelas regiões marginalizadas dos países ricos.

Contrariamente a Eugène Dühring que, no século XIX, elaborou uma utopia similar, Friedmann e Weaver têm consciência que certos aspectos do desenvolvimento agropolitano exigem a presença de um poderoso governo central. Talvez, o exemplo chinês sugere de maneira assaz evidente que «in agropolitan society, the central state is a strong state» (FRIEDMANN et WEAVER, 1979: 203). Como evitar de outra maneira que os distritos não sigam trajetórias divergentes, que os distritos ricos não dominem os pobres, etc? Mas, neste caso, o exemplo chinês teria podido igualmente ensinar que o governo forte tem toda a possibilidade de impôr uma integração funcional dos distritos agropolitanos, diferente talvez de especializações na sociedade capitalista mercantil, mas também incompatível com a autarcia seletiva que se postula por base.

Não é nosso propósito fazer uma crítica desta utopia, ainda mais que, atualmente, tal crítica não está mais na ordem do dia. Além do mais, o distrito agropolitano difere de certas utopias comunitaristas do século XIX apenas por uma consciência de "ética ecológica" e de "solidariedade com as gerações futuras"³⁰, sendo que esta crítica já foi feita por muitas autoridades.³¹ É suficiente salientar que a deriva utópica, esta "negação mágica

²⁹ Por exemplo: «...agropolitan development is derived from and consistent with a variety of national experiences. The most complete form, of course, is China's». (FRIEDMANN et WEAVER, 1979: 206).

³⁰ Os autores se referem a muitos enunciados do ecodesenvolvimento de Maurice Strong e Ignacy Sachs, os quais eles pretendem redimensionar, pois esses «remain silent on burning questions of industrialization, urbanization, transnational enclaves, and export diversification. Because of this omission (which was partly a consequence of not adopting an explicit spatial framework for development), ecodesenvolvimento lent itself to being captured by transnational interest for their new international division of labour, with its emphasis on export diversification», *Territory and Function: the Evolution of Regional Planning*: 171). Mencionamos que nenhuma dessas «burning questions» foram abordadas no livro em questão.

³¹ Mencionamos notadamente a *Anti-dühring* d'Engels que expôs em diversos níveis as contradições inerentes a esses tipos de organizações sociais ideais que, se colocadas em prática, tenderiam a se desagregar. Essa crítica não perdeu nada de sua acuidade e pertinência.

do real" (BOURDIEU, 1982) parece ter uma dimensão crucial da crise do pensamento social deste período e que muitos projetos com fortes características utópicas são propostos, até mesmo conhecendo tentativas de realização: durante os anos 1970, os jovens migram rumo ao mundo rural onde experiências comunistaristas se multiplicam.³² Acrescentamos que independentemente desta situação conjuntural, os EUA conheceram uma rica tradição de experiências comunitaristas de inspirações as mais diversas (fourrieristas, owenistas, religiosas etc) e cuja amplitude não foi a mesma na Europa. Esta sensibilidade atrelada à conjuntura explica talvez porque a utopia do distrito agropolitano pode ter também uma grande adesão, até mesmo uma certa credibilidade.

Conclusão

A crise dos anos 1970 e do início dos anos 1980 teve bem outras conseqüências do que a emergência de projetos utópicos. A vida teórica que seguiu o eclipse de referências tradicionais, quer elas sejam de inspiração marxista ou liberal, tardou a ser retomada. Falava-se de novos paradigmas de desenvolvimento local, ascendente, de baixo, descentralizado, mas estes novos vocábulos introduziram sobre o mercado idéias de ilusão mascarando a inocuidade dos apelos sedutores à mobilização das forças vivas do meio, de sua criticidade, do tino empresarial local etc. Foi o impulso dos trabalhos de pesquisadores italianos sobre a Terceira Itália que fez luz no fim do túnel onde se encontrava o desenvolvimento territorial. Giacomo Becattini se lembrou do velho conceito de distrito industrial que Alfred Marshall tinha proposto no início do século XX e que a economia política tinha quase esquecido, fascinada que ela estava pela concentração e crescimento das grandes empresas. Desde então, os ingredientes estavam presentes para que o desenvolvimento local pudesse obter uma consagração teórica. Distritos, meios inovadores, sistemas de produção localizados, tantos termos aparentes que fundam uma concepção renovada de fenômenos na base do desenvolvimento territorial. Justificada pela tradição erudita, ela estava também em condições de estabelecer vínculos com as teorias clássicas e, sobretudo, abrigava uma colaboração interdisciplinar que antes tinha sido problemática. Uma nova revolução, uma nova saída da crise, era mesmo anunciada: o distrito marshaliano iria suplantiar o modo de produção fordista. Quando Piore e Sabel (1984) diagnosticam que a emergência de sistemas de produção flexíveis é o prelúdio da *Segunda Revolução Industrial*, a causa parece entendida: se as grandes corporações fordistas deveriam explodir, isso não significava em proveito de distritos marshalianos rurais, ao menos nas regiões que poderiam lhes acolher? A obra *Regiões que ganham* (BENKO e LIPIETZ, 1992) apresenta, aliás, várias contribuições que creditam este novo otimismo fundado sobre uma desconcentração do aparelho produtivo e sua agregação sob formas de conjuntos flexíveis de pequenas empresas. Este otimismo, mesmo se ele se funda sobre fenômenos indiscutíveis, não foi que de curta duração: as metrópoles, longe de ser refratárias à implantação de

³² Na França, esse fenômeno social deu vazão a uma copiosa literatura. Ver também Bernard Lacroix, *Utopie communautaire*, Paris, PUF, (1981). No Québec, embora pouco estudado, ele está longe de ser negligenciado.

distritos, lhes ofereciam a vantagem de externalidades tradicionais variadas. Depois de um período de calma, o crescimento de grandes conjuntos urbanos foi retomado nos meados da década de 1990.³³ Em detrimento das reorganizações e reestruturações importantes, as grandes empresas não puderam mais se fragmentar em uma profusão de pequenas unidades flexíveis. Além de uma similitude de termos, como se compara o distrito marshaliano com o distrito agropolitano (BECATTINI, 1992: 35-55)?

Em primeiro lugar, contrariamente ao primeiro, o segundo tende a ser mais especializado e se caracteriza por uma integração funcional mais integrada à economia mundial. Nenhuma veleidade de autarquia seletiva, de autodependência nem de desenvolvimento autocentrado se observa no distrito marshaliano. Ao contrário, uma atenção extrema é dada à evolução da base do mercado mundial que o distrito ocupa (função assumida, no distrito descrito por Becattini pelos *impanatori*). Assim, contrariamente ao universo do desenvolvimento agropolitano onde, sob o olhar vigilante do Estado-redistribuidor, os distritos tendem a se unir, assistimos aqui a uma diferenciação extrema. As relações do território e da função são assim redefinidas. Friedmann e Weaver se mostram bastante sumários: a integração funcional é essencialmente um ato de corporações privadas e deve estar limitado a uma esfera também restrita o quanto possível pelo governo do distrito. A integração territorial, por sua vez, redonda antes de tudo de uma empresa política do grupo sobre um território, com o objetivo último de utilizar os recursos para satisfação prioritária de suas necessidades. No distrito marshaliano, o conceito de território se torna mais rico na medida em que repousa sobre um construto social implicando dimensões históricas, sociais, culturais e institucionais subjacentes à capacidade do distrito de aprimorar-se num setor específico, e independente da integração funcional que lhe faz, ao contrário, possível. Por contraste, a comunidade do distrito agropolitano parece uma grande família extensa vivendo em autossustentação num tipo de economia camponesa onde as atividades artesanais se transformariam em industriais. O distrito marshaliano, com a corrida schumpeteriana desenfreada e a fim de proteger seu lugar na divisão mundial do trabalho, define assim uma nova matriz espaço-temporal do desenvolvimento: um espaço *genético* com culturas territoriais diferenciadas (visando a construir uma sociodiversidade reciclável nos diversos tipos de atividades a vir) e uma temporalidade fragmentada, própria a cada um de seus territórios. Parece que estamos longe da espacialidade uniforme e do transcorrer tranquilo do tempo que serão, talvez, próprios às comunidades agropolitanas.

Referências

- ARGHIRI, Emmanuel. 1969. *L'Échange inégal*. Paris, Maspéro.
 BECATTINI, Giacomo. 1992. «Le district marshallien: une notion socio-économique» dans

³³ O tom de muitas contribuições à obra coletiva de G. Benko e A. Lipietz, *La richesse des régions*, Paris, PUF, 2000 é claramente nuançado se comparadas àquelas que apareceram oito anos antes.

- G. Benko et A. Lipietz, *Les régions qui gagnent*, Paris, PUF.
 BENKO, Georges et Alain LIPIETZ. 1992. *Les régions qui gagnent*. Paris, PUF.
 BOURDIEU, Pierre. 1982. *Leçon inaugurale au Collège de France*.
 FERGUSON, Adam. 1992. *Essai sur l'histoire de la société civile*. Paris, PUF.
 FRIEDMANN, John. 1966. *Regional Development Policy: a Case Study*. Cambridge, The MIT Press.
 FRIEDMANN, John. 1972. «Théorie générale du développement polarisé» dans Niles M. Hansen, *Growth Centers in Regional Economic Development*. New York, The Free Press.
 FRIEDMANN, John. 1985. «Auto-développement ou auto-dépendance?» dans M. Boisvert et P. Hamel, dir., *Redéploiement industriel et planification régionale*. Montréal, UDM.
 FRIEDMANN, John et Clyde WEAVER. 1979. *Territory and function: the Evolution of Regional Planning*. Berkeley, University of California Press.
 LÖSCH, August. 1954. *The Economics of Location*. New Haven, Yale University Press.
 MUMFORD, Lewis. 1973. «Utopia, the City and the Machine» dans Frank E. Manuel, éd., *Utopias and Utopian Thought*. London, Souvenir Press.
 NISBET, Robert. 1969. *Social Change and History*. Oxford University Press.
 NISBET, Robert. 1980. *History of the Idea of Progress*. New York, Basic Books.
 NISBET, Robert. 1985. *The Making of Modern Society*. New York University Press.
 PIORE, M.J. et C.F. SABEL. 1984. *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York, Basic Books.
 PREBISCH, Raoul. 1950. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. New York, United Nations.
 PREBISCH, Raoul. 1951. *Theoretical and Practical Problems of Economic Growth*. Santiago, ECLA-United Nations.
 PREBISCH, Raoul. «Commercial policy in the underdeveloped countries». *American Economic Review*, vol. 49. Pages 251-273.
 WEAVER, Clyde. 1983. *La théorie du développement et la question régionale: une critique de la planification spatiale et ses détracteurs*. Notes ronéographiées.

Recebido para publicação em 12/09/2005

Aceito para publicação em 31/10/2005